

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL RORAIMENSE
EM BUSCA DO ESTADO DA ARTE
RORAIMENSE RECORD HERITAGE
IN SEARCH OF THE STATE OF THE ART

TATIANA COSTA ROSA | Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista em Gestão de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Arquivista do Instituto Federal de Roraima (IFRR) | tatyrosaa@gmail.com

LEILA ADRIANA BAPTAGLIN | Doutora em Educação pela UFSM. Mestre em Educação e em Patrimônio Cultural pela UFSM. Professora do curso de Artes Visuais da UFRR | leila.baptaglin@ufr.br

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar o estado da arte do patrimônio documental roraimense. Parte-se da premissa de que um patrimônio documental é composto por documentos permanentes de cunho histórico. A investigação apresenta caráter bibliográfico, em conjunto com os métodos de levantamento e avaliação do conhecimento. Consta-se a escassez de estudos voltados a esta temática contemplando o estado de Roraima.

Palavras-chave: patrimônio documental; documentos; Roraima; estado da arte.

ABSTRACT

This article has as objective to present the state of the art of the record heritage of the state of Roraima. It starts from the premise that a record heritage is composed by permanent documents of historical character. The investigation is characterized as bibliographic, together with the methods of lifting and evaluation of the knowledge. It ascertains the shortage of studies focused on this thematic contemplating the state of Roraima.

Keywords: documentary patrimony; documents; Roraima; state of the art.

RESUMEN

Este artículo objetiva presentar el estado del arte del patrimonio documental roraimense. Se parte de la premissa de que un patrimonio documental es compuesto por documentos permanentes de carácter histórico. La investigación se caracteriza como de cunho bibliográfico, en conjunto con los métodos de levantamiento y evaluación del conocimiento. Se constata la escasez de estudios vueltos a esta temática contemplando el estado de Roraima.

Palabras clave: patrimonio documental; documentos; Roraima; estado del arte.

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima¹ e trata-se do estado da arte do patrimônio documental roraimense, ou seja, de estudo(s) já realizado(s) por pesquisadores acerca deste tema.

O desenvolvimento desta etapa é uma parte essencial em todo trabalho científico, uma vez que faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto e evita a perda de tempo com investigações desnecessárias. Além disso, colabora com a melhoria e o desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas.

Ao se iniciar a presente investigação, observou-se que a premissa apontada por Magalhães (1986, p. 137) de que “a história de Roraima e suas fontes documentais são um vasto campo de investigação científica, tão inexplorados quanto ricos”, ainda vigora nos dias atuais. São raras as pesquisas, produtos resultantes, bem como a difusão destes, contemplando o estado de Roraima e seu patrimônio documental.

Desse modo, tem-se como problemática o seguinte questionamento: qual é o estado da arte da temática patrimônio documental roraimense? Tal questão nos remete aos objetivos. Tem-se como objetivo geral: apresentar o estado da arte da temática patrimônio documental roraimense. E como objetivos específicos: buscar pesquisas que abordem a temática patrimônio documental de Roraima; compreender as pesquisas encontradas segundo alguns aspectos; analisar na íntegra o conteúdo das pesquisas encontradas.

Cabe esclarecer que este tipo de pesquisa denominada estado da arte é visto como um “pano de fundo” de estudo, pois faz referência ao que já foi investigado e descoberto sobre determinado assunto, contribuindo com o desenvolvimento de novos estudos, e colabora essencialmente com a pesquisa científica e os pesquisadores.

De acordo com Messina (1998, p. 1), os pesquisadores que adotam este tipo de investigação como norte em suas pesquisas têm a concepção de que “em um estado da arte a possibilidade de contribuir com a teoria e a prática está presente”. Também tendo como foco o viés dos pesquisadores, Ferreira (2002, p. 258) afirma que o que move qualquer pesquisador a buscar o estado da arte em suas investigações “é o não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento”. A autora aponta que pesquisadores adeptos a esse tipo de investigação

são sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas, [...] de divulgar para a sociedade. Todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e avaliação do conhecimento sobre determinado tema (Ferreira, 2002, p. 259).

1 Dissertação intitulada *Antigos documentos, novas perspectivas: acesso ao patrimônio documental das instituições de ensino públicas federais de Roraima*.

Dessa forma, o estado da arte realizado contribui para a concretização de um panorama da temática investigada.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ESTADO DE RORAIMA

O estado de Roraima possui uma situação diferenciada dos demais estados brasileiros. Situa-se no extremo norte do Brasil e faz fronteira com a Venezuela e a Guiana. Foi território federal de 1943 até 1988, quando se tornou um estado federado.

De acordo com Freitas (2000, p. 114), “os territórios federais foram criados em 1943 em plena II Guerra Mundial, por Getúlio Vargas”, tendo como principal objetivo “levar vida à solidão daquela gente e exigências de ocupação efetiva, da terra, de povoamento, de valorização e de segurança da região”.

Durante os primeiros anos da existência do território do Rio Branco (1943), que no ano de 1962 passa a ser chamado território federal de Roraima (em homenagem ao monte Roraima), “o modelo de gestão adotado foi prejudicial e impediu o seu desenvolvimento” (Freitas, 2000, p. 115). Modelo de gestão este que, entre outros fatores, envolvia questões políticas, como o fato das nomeações dos governadores do território ocorrerem diretamente por meio do presidente da República, por indicações políticas, e estes nomeados quase sempre viam de fora, eram estranhos à região, e passavam pouco tempo no cargo. Isso, evidentemente, teve reflexo no desempenho do planejamento e da execução contínua das atividades governamentais no território.

Em 1964, durante a ditadura militar, coube à Aeronáutica governar o território de Roraima. A seguir, “com a chamada redemocratização do país e após a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República (1985), o território passou a ser governado, novamente, por pessoas indicadas por injunções políticas” (Freitas, 2000, p. 117).

Segundo Botelho (2009, p. 27), “a população do território de Roraima era, inicialmente, constituída por nativos, indígenas, de várias etnias (Macuxi, Yanomami, Taurepang, Ingarikô, Wapixana, Uamiri-Atroari, Maiongong)”, contudo, o fluxo migratório se intensifica na metade do século XX, em decorrência da abertura dos garimpos de ouro na região, e da abertura da estrada entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR).

Em 1988, com a nova Constituição Federal, o território federal de Roraima foi extinto e deu lugar ao estado de Roraima: “os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos” (Constituição Federal, 1988, artigo 14).

A capital de Roraima é Boa Vista, onde se concentra, principalmente, o militarismo e o funcionalismo público do estado, a melhor infraestrutura, maior produção de bens e serviços públicos, privados e culturais, e maior concentração populacional.

Ao longo do processo de ocupação, ocorreu fluxo migratório no estado e sobretudo em sua capital, recebendo pessoas de países vizinhos e de diversas regiões brasileiras, principalmente do Sul e Nordeste, que vieram em busca de melhores condições profissionais e de vida, tornando assim Roraima um estado étnico diversificado e híbrido culturalmente.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o ano de 1970 o crescimento populacional de Roraima obedecia a média do Brasil. Entretanto, entre os anos de 1980 e 1990, houve um aumento significativo no crescimento populacional, passando de 80 mil habitantes para 217 mil. Ainda hoje é possível observar o aumento populacional e a existência da prática migratória para Roraima, porém com menor intensidade.

Assim, há um constante diálogo cultural entre roraimenses e *roraimados*,² envoltos por relações sociais de negociação, controle e poder influenciadas pela política e por vários povos, que compõem a história do estado. E isso afeta as diversas vertentes culturais existentes, sejam artísticas, musicais, literárias ou voltadas aos documentos, o que torna complexo construir um panorama histórico. Em meio a tantas transições, alguns aspectos da trajetória histórica se perdem, sobretudo no que diz respeito aos documentos históricos, os quais nesta investigação são considerados como patrimônio documental.

De acordo com Magalhães (1986, p. 137),

em se tratando da formação do estado de Roraima e suas correlações implícitas, existem poucos trabalhos, principalmente porque grande parte de seu acervo de fontes primárias já foi destruído, restando bastante nítida ainda a tradição oral e documentos esparsos, salientando-se que esforços estão sendo envidados no sentido de preservar o que já foi detectado.

Essa trajetória histórica peculiar do estado atualmente ainda reflete na sociedade. Como diz um personagem de Tennessee Williams em *À margem da vida* (1968, p. 56), “o passado insiste em se apresentar no presente”, e um dos exemplos mais evidentes fica perceptível ao se investigar o estado da arte do patrimônio documental de Roraima.

O DOCUMENTO SOB A ÓTICA DE PATRIMÔNIO

O termo patrimônio pode assumir diferentes significados, de acordo com o contexto em que está inserido. Para Baltazar (2011), patrimônio é um conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo.

No caso específico desta pesquisa, compactua-se com a percepção de patrimônio como um objeto de valor, que guarda uma herança cultural, um presente do passado que deve ser preservado e protegido.

Os valores de um patrimônio são identificados dependendo do momento de cada sociedade e dos significados que esta dá a ele. Ao longo dos anos, diversos foram os sentidos e valores atribuídos: histórico, cultural, artístico, edificado, antropológico, entre outros.

2 O termo *roraimado* é geralmente utilizado no estado para denominar sujeitos que migraram de outros lugares e residem em Roraima.

Conforme Delphim (2005), a atribuição de sentidos e valores ao patrimônio é fundamental para que, a partir dela, obtenha-se conhecimento do que deve ser preservado, pois as estratégias de proteção e conservação podem variar de acordo com o contexto e valores estabelecidos.

No Brasil, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania, responsável pela preservação do patrimônio cultural nacional. Por meio da realização de um trabalho permanente de identificação e documentação, o instituto tem como objeto primordial proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua preservação, conhecimento e uso pela sociedade, no presente e no futuro. De acordo com seu portal eletrônico, o Iphan se divide em 25 escritórios técnicos, e 27 superintendências que atuam em cada unidade federativa do país, inclusive no estado de Roraima.

A Superintendência do Iphan em Roraima, estabelecida em 2009, originou-se da 1ª Diretoria Regional, criada em 1979. Roraima é o único estado brasileiro que não tem bens tombados no âmbito federal. Os bens protegidos têm tombamento estadual e municipal, e o Iphan participou ativamente da lei estadual de preservação e proteção do patrimônio cultural, em 2009 (Iphan, 2016).

Em consonância com os órgãos de preservação do patrimônio brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, deixa clara a atribuição de valores aos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

No que diz respeito ao patrimônio documental nacional, Mattar (2003) afirma que o termo foi utilizado pela primeira vez pelo regimento interno do Arquivo Nacional brasileiro, aprovado pela portaria do Ministério da Justiça, n. 600B, no ano de 1975.³ Contudo, esse termo se consolida oficialmente como uma espécie do gênero do patrimônio cultural no ano de 1988, por meio do artigo 216 da Constituição Federal.

Constituem patrimônio cultural brasileiro[...]: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, *documentos*, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (grifo nosso).

3 “Capítulo I - Da Finalidade. Art. 1.0 [...] Tem por finalidade recolher e preservar o patrimônio documental da nação brasileira, com o objetivo de divulgar o conteúdo de natureza científico-cultural e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional” (Brasil, 1975).

No caso de Roraima, por exemplo, a lei estadual n. 718, do ano de 2009, que “dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural do estado de Roraima”, é muito similar ao que estabelece a Constituição Federal. Esta lei define as competências do estado frente à preservação, tombamento ou registro de bens materiais.

São considerados patrimônio cultural do estado de Roraima os bens de natureza material ou imaterial, quer tomados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade roraimense, dentre os quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, *documentos*, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico e inerentes e relevantes narrativas de nossa história cultural; VI - a cultura indígena tomada isoladamente e em conjunto; e VII - as paisagens culturais (Roraima, 2009, artigo 1, grifo nosso).

Nesse sentido, o uso do termo patrimônio documental, nesta pesquisa, justifica-se pela sua menção tanto em nível nacional (na Constituição Federal), como em nível estadual (na lei n. 718/2009 do estado de Roraima). Além disso, o patrimônio documental é um dos objetos de recuperação da memória, podendo assim ser contemplado pelo viés de patrimônio histórico-cultural, pois é um objeto em que constam informações que contam a história de uma geração e/ou povo.

Cabe destacar que o termo “patrimônio documental” é amplamente utilizado no meio arquivístico, especialmente ao tratar da preservação da documentação histórica, porém o termo traz consigo incertezas e questionamentos quanto à sua constituição, natureza, conceituação e aplicação. É comum observar, por exemplo, casos em que o termo é utilizado como forma de divulgação da instituição ou da própria documentação, alegando que aquele material é um patrimônio documental e deve ser preservado.

Por vezes, o termo patrimônio documental é aplicado sem uma exploração de sua noção. O que, visto por uma perspectiva otimista, é positivo, pois ao não ter uma concepção engessada, é permitido o livre uso do termo.

Lage (2002) pesquisou e aprofundou a compreensão acerca do patrimônio documental, e destaca que

mais do que definir, importa-nos, no entanto, estabelecer o conceito válido de patrimônio documental numa perspectiva teórica que atravessa domínios do conhecimento tão vastos, consolidados e formalizados como o são as ciências da documentação e informação, a história das populações e a demografia histórica e os estudos culturais e sociais das ciências e das técnicas, e na perspectiva prática da sua compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e desenvolvimento (Lage, 2002, p. 14).

Dessa forma, é possível perceber que o conceito de patrimônio documental dialoga com outras áreas de investigação, como a história e os estudos culturais, por exemplo, onde pode sofrer interferências, não ficando restrito apenas ao que tange à arquivística.⁴

No que diz respeito aos arquivos em geral, os documentos passam a ser considerados bens patrimoniais após passar pela função arquivística de avaliação, quando são eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente, tornando-se de caráter permanente com valor histórico. Bellotto esclarece que

um arquivo permanente não tem seu arquivo constituído de "preciosidades" colecionadas aqui e ali, recolhidas para que com elas o historiador estabeleça seu referencial de fontes. Um arquivo permanente constitui-se de documentos produzidos em geral há mais de 25 anos [...] remanescentes de eliminação criteriosa (Bellotto, 2006, p. 115).

A autora afirma que um documento tem que merecer ser permanente e entrar na considerada terceira idade. A análise desse merecimento se dá por meio da avaliação documental, que compreende o que é permanente levando em conta o valor dos documentos, que podem ser de valor primário/administrativo, ou de valor secundário/histórico. Assim, quando o documento possui o valor secundário/histórico ele é, geralmente, considerado por profissionais do meio arquivístico como patrimônio documental de uma instituição, pois ele "é produzido para a administração e guardado para a história" (Bellotto, 2006, p. 17). Porém, isto não é uma regra, e varia de acordo com os interesses e demandas de cada instituição.

Bellotto (2006) considera como documento histórico aquele que já passou da fase de utilização administrativa para a qual foi criado, e atingiu a fase de sua utilização para pesquisa histórica. Indo ao encontro da perspectiva de Bellotto, porém com uma concepção mais prática, Lage (2002) defende que, da mesma forma que qualquer patrimônio, os patrimônios documentais correspondem a uma categoria de bens culturais que remetem à memória. Colabora assim com a ideia de que os bens patrimoniais documentais são documentos permanentes de valor histórico, pois são estes que remetem à memória. Segundo a autora,

o patrimônio documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural – sendo, no entanto, mais complexo que os conceitos já de si complexos de documento, informação ou fonte histórica. Todo o dado precedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objetiva, relacionado com a atividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado (Lage, 2002, p. 15).

4 A arquivística estuda as funções do arquivo, os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda e preservação documental, bem como na utilização dos arquivos (Arquivo Nacional, 2005).

Essa concepção é uma das que mais se aproxima da ideia de que o patrimônio documental é composto por documentos permanentes de cunho histórico. O interesse histórico presente nos documentos permanentes surge no momento em que são transferidos do valor primário para o secundário. A partir desta etapa, o documento permanente passa da sua finalidade funcional de atender apenas à administração, para a cultural, atendendo principalmente à história e outras áreas afins, devendo estar acessível, tanto quanto os documentos de valor administrativo, bem como difundido para a sociedade, uma vez que preserva a história desta.

CAMINHOS DA PESQUISA

Para atingir os objetivos inicialmente propostos, esta pesquisa percorre uma série de caminhos. Como mencionado anteriormente, ao investigar determinado estado da arte os pesquisadores costumam adotar o levantamento e a avaliação do conhecimento como opções metodológicas. Portanto, utilizam-se ambos, considerando que o levantamento tem uma série de benefícios, entre os quais Gil (2002) destaca a obtenção do conhecimento direto da realidade, a economia e rapidez, enquanto ao utilizar a avaliação do conhecimento “procura-se verificar a existência de diferenças reais em investigações” (Gil, 2002, p. 187).

Esta pesquisa caracteriza-se também como bibliográfica, pois abrange o referencial teórico publicado. Um dos benefícios de adotar a pesquisa bibliográfica “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla [...]. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos” (Gil, 2002, p. 45), como o é caso de quando se busca um estado da arte.

Para a obtenção dos resultados, primeiramente definiu-se os materiais que seriam procurados, entre eles: artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, onde constasse pelo menos uma ou mais palavras-chave que pudessem remeter ao patrimônio documental de Roraima, as quais delimitamos como: acervo documental; arquivo(s); arquivologia; arquivística; documentação; documentação histórica; documental; documento(s); documento(s) histórico(s); fonte(s) documental(is); patrimônio(s) documental(is) – acompanhadas pelas palavras: Roraima, roraimense e/ou Boa Vista.

A partir disso, foram escolhidos os locais a serem investigados. Ao estabelecer o critério para seleção dos locais, levaram-se em consideração os apontamentos de Chartier (1999), o qual compreende bibliotecas como os principais locais de buscas de referências para estudos acadêmicos e as distingue em três categorias: biblioteca de pesquisa, biblioteca pública e biblioteca eletrônica. Segundo Chartier, nas bibliotecas de pesquisas “você só encontra livros que são procurados”, enquanto nas bibliotecas públicas é “como se fosse eles que o procurassem” e as bibliotecas eletrônicas “permitem, por sua vez, compartilhar aquilo que até agora era oferecido apenas em espaços onde o leitor e o livro deveriam necessariamente estar juntos. O lugar do texto e do leitor podem então estar separados” (Chartier, 1999, p. 119).

Dessa forma, os locais de busca desta investigação compreenderam as três categorias de bibliotecas apresentadas por Chartier, de modo presencial e virtual, nas instituições que possivelmente possuíam materiais para encontrar o estado da arte do patrimônio documental de Roraima.

Os locais e formas de busca ocorrem da seguinte forma: presencialmente na Biblioteca Pública Estadual de Roraima, localizada no Palácio da Cultura do Estado, e na Biblioteca de Pesquisa Central do Instituto Federal de Roraima (IFRR), localizada no campus Boa Vista Centro, virtualmente no portal eletrônico da biblioteca digital do IFRR,⁵ presencialmente na Biblioteca de Pesquisa Central da Universidade Federal de Roraima (UFRR), localizada no campus Paricarana, virtualmente no portal eletrônico da biblioteca digital da UFRR,⁶ bem como nos portais eletrônicos acadêmicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),⁷ na Scientific Electronic Library Online (SciELO)⁸ e por fim no Google acadêmico.⁹

Após esta etapa, optou-se por compreender as pesquisas encontradas segundo alguns aspectos, os quais Ferreira (2002) aponta como fundamentais para a realização de um estado da arte, entre eles o foco no título, nas palavras-chave e no resumo.

Contudo, a própria autora questiona até que ponto é possível tecer um discurso que contemple os trabalhos de uma determinada temática analisando apenas estes itens, ignorando a leitura das pesquisas na íntegra. Nesse sentido, parece que o pesquisador do estado da arte tem dois momentos distintos. O primeiro, no qual “interage com a produção” por meio da quantificação das pesquisas, identificação dos dados básicos (título, palavras-chave e resumo) “com o objetivo de mapear a produção” (Ferreira, 2002, p. 265). E o segundo momento, que é facultativo e peculiar a cada investigador, quando ele “aproxima ou diferencia trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento”. E nesse momento deve questionar “quando”, “onde”, “quem”, “o que”, e “como” estas pesquisas foram produzidas. Para tanto, a simples leitura do resumo não será suficiente, pois haverá “a sensação de que sua leitura a partir apenas dos resumos não lhe dá a ideia do todo, a ideia do que verdadeiramente trata a pesquisa” (Ferreira, 2002, p. 265-266).

Portanto, partindo desse pressuposto, nesta investigação adotam-se os dois momentos apontados por Ferreira. Dessa forma, acredita-se que será possível uma melhor obtenção, compreensão, apresentação e discussão dos dados obtidos.

Os dados foram coletados, analisados e são apresentados pelas autoras deste artigo de forma qualitativa por meio da interpretação, apoiando-se no referencial teórico da área, bem como apontando algumas citações presentes nos materiais encontrados.

5 Disponível em: <<http://pergamum.ifrr.edu.br/pergamum/biblioteca/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

6 Disponível em: <http://www.btdt.ufrr.br/tde_busca/index.php>. Acesso em: 20 nov. 2017.

7 Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

8 Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

9 Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

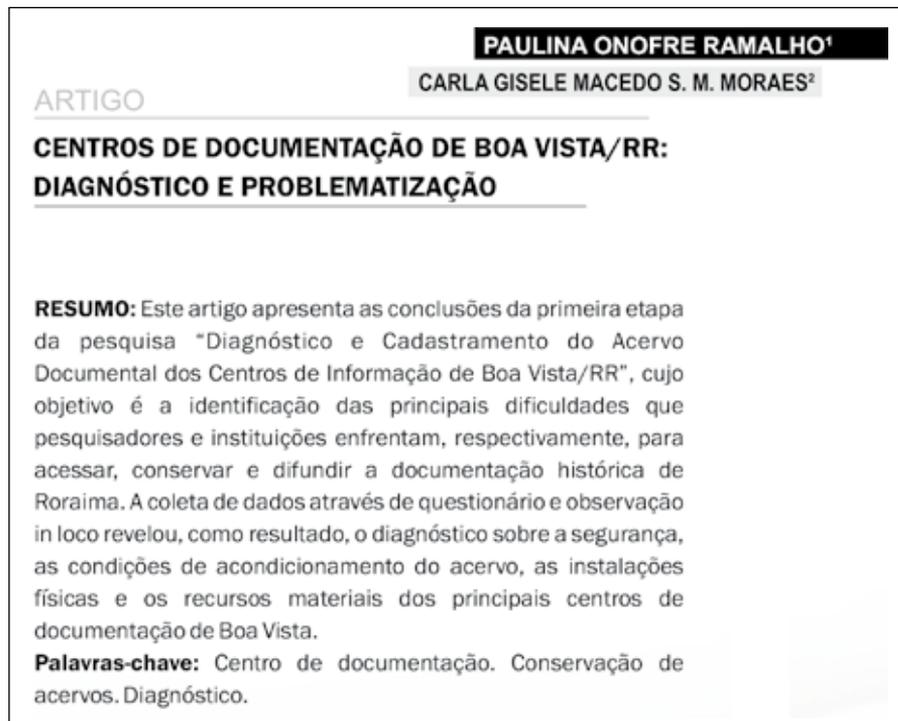
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Primeiramente, cabe esclarecer que em nenhum dos locais investigados de modo presencial e virtualmente encontrou-se algum material com as palavras-chave estipuladas. Apenas na última busca, pesquisou-se pelas palavras-chave no Google acadêmico, onde inúmeros resultados apareceram. Contudo, não contemplavam especificamente o patrimônio documental de Roraima. Encontraram-se dois artigos científicos que se aproximaram da temática investigada: “Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização” e “Um olhar sobre o arquivo indígena da diocese de Roraima”, os quais serão denominados “artigo 1” e “artigo 2”, respectivamente.

O fato de encontrarmos apenas dois artigos reforça e comprova a ideia de que o patrimônio documental roraimense ainda é carente de estudos, investigações, publicações e difusão, seja na comunidade acadêmica, entre pesquisadores ou na sociedade em geral.

No que diz respeito à compreensão do primeiro momento defendido por Ferreira (2002), pode-se observar na sequência o título, as palavras-chave e o resumo dos dois artigos encontrados.

Imagem 1 – Artigo 1



Fonte: revista *Textos e Debates* (UFRR).¹⁰

¹⁰ Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/741/641>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

UM OLHAR SOBRE O ARQUIVO INDÍGENA DA DIOCESE DE RORAIMA

Laiana Pereira dos Santos²⁰
Bernardo Farias dos Santos²¹

RESUMO

Este artigo é fruto de inúmeras reflexões e questionamentos acerca de um local importante para a pesquisa na área indígena: o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima. Pensar as fontes e onde elas estão guardadas é um grande desafio para qualquer pesquisador. Ao conhecermos o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima levantamos inúmeras indagações sobre este lugar, mas nem todas foram respondidas. Este trabalho visa fazer uma breve descrição do Arquivo Indígena da Diocese de Roraima, das fontes disponibilizadas neste local e a partir daí problematizá-lo. Historicamente, a necessidade da criação deste arquivo foi ao encontro com o momento que o século XIX vinha passando, onde a Antropologia acreditava que a cultura indígena era imutável e tinha que ser pura, e havendo o contato com não-índios ou ditos “brancos” a cultura se perderia e seria extinta havendo a aculturação e perda de identidade étnica. Nessa perspectiva, a Igreja Católica em Roraima fez a guarda de todas as fontes que se referiam aos povos indígenas, pois se um dia essa cultura acabasse eles guardariam ao menos as fontes escritas. A partir dessa premissa é que nasce o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima em 1907, funcionando até aos dias atuais na Prelazia e contando com uma grande massa documental composta por Atas, Relatórios de Assembleias, Cartas, Processos, Fotografias, Jornais, Relatos de índios, Boletins, Livros, Dicionários na língua materna, entre outros; fontes essas que merecem atenção dos pesquisadores uma vez que elas constituem parte da Historiografia de Roraima.

Palavras-chave: Arquivo Indígena da Diocese de Roraima. Prelazia. Cultura Indígena.

Fonte: revista *Examâpaku* (UFRR).¹¹

Por meio da análise destes três aspectos, percebe-se que cada artigo aborda em sua pesquisa os documentos e a temática patrimônio documental de uma forma diferente. O primeiro artigo traz apontamentos sobre o diagnóstico e a conservação de acervos documentais da cidade de Boa Vista, enquanto o segundo analisa o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima, e, sob uma ótica histórica, apresenta diferentes tipos de fontes documentais.

A partir disso, seguimos para o segundo momento desta pesquisa, em que se responde “quando”, “onde”, “quem”, “o que” e “como” esses artigos foram produzidos.

O artigo 1 foi elaborado no ano de 2009, enquanto o artigo 2 é mais recente, começou a ser pensado em 2014 e foi produzido no ano seguinte. Ambos foram publicados em edições de revistas on-line da UFRR. O primeiro artigo foi publicado na revista *Textos e Debates*,

¹¹ Disponível em: <<http://revista.ufr.br/examapaku/article/view/3081/1768>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

e resulta de uma atividade do Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desenvolvido no âmbito dos centros de documentação de Boa Vista. O segundo foi publicado na revista *Examãpaku*, e é fruto da busca de fontes documentais para a materialização de dissertação do mestrado em história da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), desenvolvido no âmbito do Arquivo Indígena da Diocese de Roraima.

O artigo 1 foi elaborado pelas pesquisadoras Paulina Onofre Ramalho, graduada no curso de licenciatura em história e cursando especialização em patrimônio no Iphan, e Carla Gisele Macedo Moraes, graduada em arquitetura e urbanismo, mestre em desenvolvimento urbano e técnica do Iphan. O artigo 2 tem como autores Laiana Pereira dos Santos, graduada no curso de licenciatura em história pela UFRR e mestranda em história pela Ufam, e Bernardo Farias dos Santos, graduado em biblioteconomia pela Ufam, especialista em arquivologia pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte) e mestrando em história pela Ufam.

Ao observar a formação desses pesquisadores, pode-se constatar que nenhum possui graduação em arquivologia, apenas um deles é graduado em uma área próxima, a biblioteconomia, e possui especialização em arquivologia. Contudo, se por um lado isso é positivo, pois existem pesquisadores interessados na produção acadêmica da temática envolvendo os documentos, estudando-a e difundindo-a, por outro lado, pelo viés arquivístico, esse fato é preocupante, já que os pesquisadores podem até ter conhecimento teórico sobre documentação, documentos históricos e arquivos, mas não possuem a formação técnica, como os graduados em arquivologia. Bellotto (2003) não tira o mérito dos investigadores de áreas afins, até porque a arquivística é interdisciplinar, mas afirma que, dependendo do contexto, ao tratar da área dos documentos, esse papel cabe fundamentalmente ao arquivista.

É o papel do arquivista na sociedade contemporânea colaborar estreitamente para que os fluxos informacionais na sua área de atuação arquivística possam se dar de forma plena e o mais satisfatória possível, dentro desta sociedade, toda ela beneficiária de seus arquivos e de seus arquivistas (Bellotto, 2003, p. 6).

Então, surge uma indagação: afinal por qual(is) motivo(s) os pesquisadores graduados e graduandos em arquivologia não exploram a temática patrimônio documental do estado de Roraima? Tema este que, como mencionado anteriormente, é tão inexplorado quanto rico.

No que se refere ao que foi produzido, pode-se observar, ao ler o artigo 1, que este traz em 18 páginas reflexões sobre as principais dificuldades que pesquisadores e instituições enfrentam ao acessar e conservar os documentos históricos dos centros de documentação de Boa Vista. As autoras justificam seu interesse pelo desenvolvimento da pesquisa nessa temática, e conseqüente elaboração do artigo, pelo fato de constatarem que Roraima é o único estado brasileiro que não tem um arquivo público, e também salientam a dificuldade de acesso às fontes documentais roraimenses.

Percebemos no estado de Roraima, nos últimos anos, um relativo incremento no quadro das pesquisas desenvolvidas nas mais diversas áreas. No entanto, elas continuam extremamente escassas se comparadas ao potencial do estado. Analisando essa insuficiência dos trabalhos realizados, percebemos que a grande dificuldade de se desenvolver uma pesquisa são as fontes documentais, ou melhor, o acesso a elas. Nesse sentido, consideramos importante um trabalho que se destine a fazer um diagnóstico do atual estado dos centros de informação de Boa Vista e das condições de acesso às fontes documentais (Ramalho; Moraes, 2009, p. 18).

Inicialmente, as autoras realizam uma discussão teórica-conceitual a partir de princípios da arquivologia e biblioteconomia voltados ao acesso e à conservação. Na sequência, apresentam a metodologia, em conjunto com o diagnóstico situacional dos centros de documentação de Boa Vista e as considerações finais.

Quanto ao diagnóstico:

Selecionamos instituições de Boa Vista que se caracterizam por apresentarem documentos que são referências para os pesquisadores do estado. Das sete instituições consultadas, seis são públicas e apenas uma é de caráter privado (Ramalho; Moraes, 2009, p. 23).

Cabe destacar que essas instituições são: o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima (privado), o arquivo da Fundação Nacional do Índio, o centro de documentação do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima, a biblioteca pública do estado de Roraima, o centro de informação ambiental científica e tecnológica e reserva técnica do Museu Integrado de Roraima, o laboratório de análise documental do departamento de história da Universidade Federal de Roraima e o núcleo de documentação histórica do estado da Divisão de Patrimônio Histórico de Roraima. As autoras tomaram como premissa para realizar o diagnóstico as regras básicas de conservação documental, tendo como foco o acondicionamento, armazenamento, conservação, restauração, segurança, gestão de arquivos e acesso à informação, embasadas pela legislação arquivística vigente e pelo referencial teórico da área.

De modo geral, as autoras constataram que todos os locais investigados estavam irregulares quanto ao armazenamento e a conservação dos documentos, bem como à disponibilização do acesso à informação. Um ponto destacado no artigo 1 como a grande dificuldade constatada para que se realize a conservação documental e se oportunize o acesso às informações é o fato de que os centros de documentação de Boa Vista

não possuem profissionais especializados que possam atender satisfatoriamente e acompanhar o usuário em sua pesquisa, visto que não há uma política de formação e capacitação de recursos humanos nas áreas de museologia, biblioteconomia e/ou arquivologia (Ramalho; Moraes, 2009, p. 23).

Isso pode responder à indagação feita anteriormente quanto ao(s) motivo(s) dos pesquisadores graduados e graduandos em arquivologia não explorarem a temática patrimônio documental do estado de Roraima: os profissionais dessas áreas são escassos, tanto quanto as investigações.

Além disso, outro aspecto alarmante destacado pelas autoras é que “a Divisão de Patrimônio Histórico, referência mais lembrada quando se fala em documentação histórica de Roraima, também não possui condições estruturais para a guarda, conservação e acesso aos documentos” (Ramalho; Moraes, 2009, p. 23).

Contudo, ao conhecer essa realidade descrita no decorrer do artigo 1, surge uma nova indagação: se hoje em dia ainda existem poucos profissionais da área e não existe um arquivo público estadual, mas, por outro lado, existem sete órgãos considerados referências de centros de documentação no estado de Roraima e profissionais que desenvolvem trabalhos nesses locais, então, por que motivo são raras as divulgações de pesquisas na temática?

O segundo artigo encontrado diz respeito ao único centro de documentação privado apontado no artigo 1, o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima. Os autores do artigo 2 apresentam em 14 páginas a constituição histórica e a descrição de alguns aspectos do arquivo, como recursos humanos, gestão documental, tipos de usuários e de fontes documentais disponíveis. O desenvolvimento da pesquisa é justificado pelo surgimento de “uma preocupação acerca das fontes que se encontram no Arquivo Indígena da Diocese de Roraima” (Santos; Santos, 2015, p. 75).

Embora não tenhamos ido frequentemente como gostaríamos, das vezes que estivemos lá eram somente nós, as fontes e os livros no arquivo. Encontrar as fontes que localizamos e descobrir que existem mais ainda do que conhecemos nos deixou mais curiosos como pesquisadores e viemos compartilhar nesse texto (Santos; Santos, 2015, p. 75).

Inicialmente, os autores refletem acerca de conceitos sobre memória, história, documento e arquivo. Apresentam um breve histórico sobre a Prelazia de Roraima, local onde se encontra o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima, embasando-se em boletins informativos do ano de 1982, do Setor Indigenista, armazenados no próprio arquivo. Por fim, os autores apresentam o Arquivo Indígena da Diocese e suas considerações finais.

Ao tratar do histórico da Prelazia de Roraima, os autores apresentam uma menção quanto aos bens documentais do estado e suas relações culturais e identitárias, da qual destaca-se que

a Igreja Católica, antes da criação da Prelazia, só fazia o resguardo de documentos oficiais como os de batismo, eucarístico, de entrada e saída. E somente depois pensou-se em criar um Arquivo Indígena, já quando a Prelazia existia. A ideia surgiu a partir da concepção de que os povos indígenas eram de cultura imutável e tinha que ser pura, e havendo o contato com não índios ou ditos “brancos”, a cultura se perderia e seria extinta, havendo a aculturação e perda de identidade étnica (Santos; Santos, 2015, p. 80).

Os autores esclarecem que nenhuma pessoa sabia informar quais tipos de documentos compõem o arquivo, bem como suas datas. Por meio de observação direta, eles encontraram os seguintes tipos documentais:

atas de assembleia geral de Tuxauas, atas e relatórios de reuniões regionais de lideranças, relatórios da assembleia da Opir (Organização dos Professores Indígenas de Roraima), boletins informativos da diocese, alguns em parceria com o Cinter (Conselho Indígena do Território do Rio Branco), projetos, mapas de demarcação de terras indígenas expedidos pela Funai, cartas de lideranças indígenas à Funai, cartas da imprensa internacional, jornais, relatos de índios (alguns escritos na língua Macuxi), relatos de missionários e viajantes, livros, dicionários na língua materna, dissertações, teses e algumas fotografias, todos datados da década de 70 a 90 (Santos; Santos, 2015, p. 80).

Os autores realizaram uma entrevista aberta com o padre responsável pelo arquivo, dom Roque Paloski, bispo da Diocese de Roraima. Por meio dessa entrevista, em conjunto com a observação direta, eles conseguiram obter informações sobre a organização e o acondicionamento dos documentos do arquivo. A constatação foi de que essas atividades estão ocorrendo de forma irregular. Entre as principais dificuldades mencionadas pelo entrevistado e pelos autores encontra-se a falta de recursos de diversos tipos.

É difícil, porque nós não dispomos de recursos, né, então a gente procura mantê-los dentro de um espaço razoável como você viu. Não temos parceria com ninguém e nos ressentimos disso, ou seja, porque com as nossas próprias pernas nós não podemos fazer muito, sem profissional específico, um ordenamento melhor, catalogação melhor, então temos que estudar alternativas de como podemos dar um passo no sentido de manter e não perder aquilo que temos hoje aí no arquivo (Santos; Santos, 2015, p. 84, trecho da entrevista).

Quanto ao acesso ao arquivo e aos documentos, os autores constataram que

o acesso ao Arquivo Indígena é limitado, e essa restrição é por conta de outras experiências em que houve perda de documentos [...]. Não é que se proíba a entrada nesse arquivo, mas se tem critérios. E esse arquivo é sempre procurado por universitários, principalmente da história e da antropologia (Santos; Santos, 2015, p. 85).

Por fim, os autores destacam que os sujeitos envolvidos com o Arquivo na Diocese têm boas perspectivas de que a instituição se torne um local de guarda adequado, principalmente devido ao fato de a prelazia onde se encontram estes documentos ter sido tombada como patrimônio histórico do estado, fato este que deve, ou deveria dar, maior visibilidade para o arquivo.

Apesar dos artigos 1 e 2 abordarem a temática patrimônio documental, pode-se observar que a contemplam de formas distintas. O primeiro artigo realizou um diagnóstico e discutiu o que foi encontrado, apontando reflexões e questionamentos. O segundo se apro-

fundou em um embasamento teórico e discutiu pouco os dados obtidos. Contudo, pode-se afirmar que ambos contribuem para uma compreensão, ainda que breve, da situação dos documentos históricos no estado de Roraima, bem como com o estado da arte dessa temática. Cabe ressaltar que o ideal é que sejam pesquisadores da área que desenvolvam essas investigações, mas, como podemos observar nesses dois artigos, nada impede que acadêmicos de áreas afins também contribuam. Afinal, tão importante quanto a elaboração e desenvolvimento, é a divulgação das pesquisas e a difusão das fontes documentais para a comunidade acadêmica, pesquisadores e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mostrou particularidades importantes acerca de investigações desenvolvidas sobre a temática patrimônio documental roraimense. Vale destacar que não se buscou nesta investigação trazer respostas engessadas e sim questionamentos e reflexões frente ao que foi encontrado.

Após implantar diferentes estratégias de busca para encontrar o estado da arte do patrimônio documental roraimense, é possível afirmar que são raras as pesquisas que envolvem esta temática. Nesta investigação, foram encontrados apenas dois artigos.

Contudo, constatou-se que existem locais que armazenam fontes documentais com potenciais de bens patrimoniais do estado, como os sete centros de documentação referências, apresentados no artigo 1. Porém, conforme consta em ambos os artigos, diversos são os fatores necessários para que se realize e divulgue trabalhos e pesquisas voltadas aos documentos históricos do estado de Roraima, tais como o apoio governamental, instalações adequadas, recursos humanos capacitados, recursos financeiros, materiais, entre outros.

No que diz respeito aos recursos humanos, sugerimos que pesquisadores em geral e sobretudo investigadores-arquivistas se apropriem desse tema, o compreendam, reflitam e o difundam para a comunidade acadêmica, pesquisadores, e sociedade, os quais poderão ter uma melhor compreensão sobre esse bem patrimonial ainda pouco (re)conhecido em Roraima: o documento histórico.

Por fim, espera-se que esta pesquisa sirva como alerta, base e motivação para que novos estudos nesta área sejam desenvolvidos. Além disso, este trabalho pode vir a contribuir com posteriores estudos do estado da arte acerca desse tema, pois ainda existe um longo caminho a ser trilhado e explorado na trajetória roraimense.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BALTAZAR, A. *Patrimônio cultural: técnicas de arquivamento e introdução à museologia*. Bata-tais: Claretiano, 2011.

- BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria n. 600B, de 1975. Regimento interno do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V8N11980.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2015.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- _____. Ministério da Cultura. Portaria n. 259, de 2 de setembro de 2004. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 172, Seção 1 de 6 set. 2004.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51319150/BELLOTTO-Heloisa-Liberalli-Arquivistica-objetos-principios-e-rumos-Sao-Paulo-Associacao-de-Arquivistas-de-Sao-Paulo-2002>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- _____. *O arquivista na sociedade contemporânea*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- _____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4a eEd. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BOTELHO, S. M. de P. D. *Escola Técnica de Roraima: retrospectiva da trajetória de desenvolvimento através da memória*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), 2009.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- DELPHIM, C. F. de M. *Manual de intervenções em jardins históricos*. Brasília: Ministério da Cultura, Iphan, 2005.
- FERREIRA, N. S de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXIII, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- FREITAS, A. *Geografia e história de Roraima*. Ed. rev. e ampl. Boa Vista: DLM, 2000.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dicionário do patrimônio cultural: documentação*. 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- _____. *Linha do tempo Iphan 80 Anos*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- LAGE, M. O. P. *Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios*. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4).
- MAGALHÃES, D. de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro, 1986.
- MATTAR, E. (org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MESSINA, G. Estudio sobre el estado da arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa. In: REÚNION DE CONSULTA TÉCNICA SOBRE INVESTIGACIÓN EN FORMACIÓN DEL PROFESORADO. Organización de Estados Ibero Americanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. México, 1998.
- RAMALHO, P. O.; MORAES, C. G. M. S. M. Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização. *Textos e Debates*, Boa Vista, n. 16, 2009. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/741/641>>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- RORAIMA. Lei n. 718, de 6 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2009/Lei%20Estadual%20718-2009.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SANTOS, L. P. dos; SANTOS, B. F. dos. Um olhar sobre o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima. *Examãpaku*, Boa Vista, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/examapaku/article/view/3081/1768>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

WILLIAMS, T. *À margem da vida*. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1968.

Recebido em 27/4/2018

Aprovado em 25/1/2019